

**ASSESPRO
RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 11 A 15 DE SETEMBRO DE 2017

Atualizada em 15/09/2017 18:46

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

MPV 780/17, do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências”.
Item extrapauta.

Prazo de vigência: 02/10/2017.

Relator: senador Wilder Morais.

Relator-revisor: deputado Alfredo Kaefer.

Parecer: pela aprovação da Medida Provisória nº 780, de 2017, na forma do Projeto de Lei de Conversão transcrito ao final, com o acolhimento das Emendas nºs 3 e 10, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 22, 23, 31, 32, 33, 39 e 55, com a rejeição de todas as demais Emendas e com a inclusão das propostas de Relator indicadas no Capítulo 3.

Resultado: Aprovado o texto-base. Os destaques serão apreciados na próxima semana.

MPV 783/17, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

Resultado: Não deliberado.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

Resultado: Não deliberado.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de “lobby” e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.
Resultado: Não deliberado.

REQ 4990/16, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014" (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção).
Resultado: Não deliberado.

REQ 6344/17, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".
Resultado: Não deliberado.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.
Resultado: Não deliberado.

REQ 6356/17, dos Líderes, que "Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV".
Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (12/09)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

PEC 181/12, do deputado Irajá Abreu, que "Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências".
Relator: deputado Rogério Rosso.
Parecer: pela admissibilidade.
Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.
Resultado: Não deliberado.

PEC 185/15, da deputada Renata Abreu, que "Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal a Internet entre os direitos fundamentais do cidadão".
Relator: deputado Hildo Rocha.
Parecer: pela admissibilidade.
Resultado: Retirado de pauta.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais).
Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.
Relator: deputado Tadeu Alencar.
Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.
Resultado: Não deliberado.

PL 2470/07, do deputado Paulo Teixeira, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências".

Relator: deputado Felipe Maia.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

Resultado: Aprovado.

PL 90/15, do deputado Adail Carneiro, que "Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

Relator: deputado Maia Filho.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Resultado: Não deliberado.

PL 1964/15, do deputado Giuseppe Vecci, que "Altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO". (Permite que os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa).

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Concedida vista ao Deputado Marcos Rogério, em 22/08/2017.

Resultado: Aprovado.

PL 4520/16, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)". Item nº 56.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP / Pauta publicada após o envio da Agenda.

REQ 148/2017, das deputadas. Leandre e Carmen Zanotto, que "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a eficácia dos softwares de controle parental na internet e a responsabilidade dos pais, do Estado e dos terminais fixos e móveis de acesso à internet sobre o conteúdo acessado e assistido por crianças e adolescentes".

Resultado: Aprovado.

REQ 150/17, da deputada Leandre (PV/PR), que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater as tecnologias para o diagnóstico precoce e célere de câncer.

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação;
- Camila Rizzardi Peverari, mestre em Química pela USP de São Carlos.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17) / Pauta publicada após o envio da Agenda.

Audiência Pública – Tema: “Discussão do PLP 341/2017 e sua importância para as Micro e Pequenas Empresas”.

Participante:

- Valter de Souza Lobato, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT)

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (13/09)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS

PL 1523/15, do deputado Eli Corrêa Filho, que "Altera o art. 980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)".

Relator: deputado Adail Carneiro.

Parecer: pela aprovação deste, na forma do substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2015 da CDEICS.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Adail Carneiro.

PL 7546/17, do deputado Luiz Carlos Ramos, que "Altera a redação do caput do art. 20 da lei nº 5.474 de 18 de julho de 1968, visando aprimorar a lei sobre as duplicatas" (estabelece que as empresas que atuem no ramo de locação de bens móveis poderão emitir fatura e duplicata)

Relator: deputado Jorge Côrte Real.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

REQ 240/17, dos deputados Celso Pansera e Danrlei de Deus Hinterholz, que "Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A importância da CEITEC S.A. para o desenvolvimento do setor de microeletrônica nacional e a soberania tecnológica neste segmento da economia".

Resultado: Aprovado.

REQ 242/17, do deputado Adelmo Carneiro Leão, que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Legislação Participativa e Seguridade Social e Família para debater as tecnologias para o diagnóstico precoce e célere de câncer". **Item incluído após o envio da Agenda.**

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação;
- Camila Rizzardi Peverari, mestre em Química pela USP de São Carlos.

Resultado: Aprovado.

PL 6989/17, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17, PL 7460/17 e PL 7917/17)

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7047/17, do PL 7170/17, do PL 7458/17, do PL 7460/17, do PL 7917/17, do PL 7430/17, do PL 7441/17, do PL 7506/2017, e do PL 7538/2017, apensados, com substitutivo. O deputado Wladimir Costa apresentou voto em separado pela aprovação do PL 7430/2017 e rejeição dos demais projetos apensados em 12/07/17.

Resultado: Não deliberado.

PL 2993/15, do deputado Ronaldo Carletto, que "Dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet".

Apensado: PL 3003/2015.

Relator: deputado Arolde De Oliveira.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 3003/2015, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP

PL 6788/17, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências". Explicação: Altera as Leis nº 10.480, de 2002 e 11.907, de 2009.

Relator: deputado Assis Melo.

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei e das emendas oferecidas a ele na CTASP, de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 15, 16, 19, 21, 25, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 52, 53 e 55, pela aprovação parcial das emendas oferecidas ao Projeto de Lei também na CTASP, de nºs 16, 17, 20, 23, 24, 27, 30, 31, 44 e 54, pela aprovação integral das emendas oferecidas ao primeiro substitutivo, na CTASP, de nºs 2, 5, 6 e 11 e pela aprovação parcial das Emendas oferecidas ao Primeiro Substitutivo também na CTASP, de nºs 3, 7, 8, 9, 10 e 12, na forma de novo substitutivo, rejeitando-se as demais emendas oferecidas no âmbito desta Comissão.

Resultado: Concedida vista à deputada Gorete Pereira.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h30.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS).

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PLP 212/12, do deputado Anthony Garotinho, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, acrescentando parágrafo único ao art. 12" (as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão ser incluídas no regime de substituição tributária em seus respectivos Estados).

Apensado: PLP 225/12

Relator: deputado Julio Lopes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo da CDEICS.

Resultado: Retirado de pauta.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência).

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Audiência Pública – Tema: “Expor e debater com a Comissão as principais ações e projetos do Ministério do Trabalho e Emprego”.

Convidado:

- Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho e Emprego.

Resultado: Reunião cancelada.

COMISSÃO ESPECIAL DO BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS (PL 2303/15)

Audiência Pública – Tema: “Debater a matéria”.

Resultado: Realizada.

COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA

Pauta: Eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho; e Deliberação de requerimentos.

Resultado: Não realizada.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

PL 5202/16, da CPI dos Crimes Cibernéticos, que "Inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação ou no exterior".

Relator: deputado Cabo Sabino.

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

PL 5074/16 (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet".

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO COMERCIAL (PL 1572/11)

Pauta: Reunião de Trabalho interna da comissão para análise do texto do relator.

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (11/09)

CDH – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET

Audiência Pública – Tema: “Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho”.

Resultado: Realizada.

Terça-feira (12/09)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

PLC 85/15 (PL 1759/07), do deputado Michel Temer, que “Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências” (entre outros aspectos, dispõe sobre sistemas eletrônicos de segurança - conjunto de programas de computador, aplicativos, equipamentos ou dispositivos eletrônicos de controle, armazenamento, detecção e informação de ocorrências que coloquem em risco a segurança de bens, de semoventes e de pessoas).

Relator: senador Wellington Fagundes.

Parecer: pela aprovação, com duas emendas.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Terça-feira (13/09)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REQ 29/17, do senador Acir Gurgacz, que “Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 19/2017, para incluir o nome de dois convidados a participarem da realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Edmilson Sarlo – Diretor- Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi) Fabio Godoy Teixeira da Silva-Consultor Jurídico da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi)”. **Item extrapauta.**

Resultado: Aprovado.

REQ 30/17, do senador Pedro Chaves, que “Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 19/2017, para incluir o nome de dois convidados a participarem da realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Edmilson Sarlo – Diretor- Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi) Fabio Godoy Teixeira da Silva- Consultor Jurídico da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi)”. **Item extrapauta.**

Resultado: Aprovado.

Quinta-feira (14/09)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET / Pauta publicada após o envio da Agenda.

Pauta: Reunião com o Grupo de Trabalho colaborador da Subcomissão, nos termos de seu Plano de Trabalho aprovado, a fim de colher subsídios para a construção da proposta de Estatuto do Trabalho, com foco na técnica legislativa.

Convidados:

- Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal;
- Tânia Márcia de Andrade, Servidora do Senado Federal - Assistente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH;
- Leandro Lemos, Assessor do Gabinete do Senador Paulo Paim;
- Isabela, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;
- Ana Claudia R Bandeira Monteiro, representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;
- Marcia Marques, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;
- Paula Freitas de Almeida, representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP;
- Jharlen José Nascimento, representante do Ministério Público do Trabalho – MPT; e
- Clovis Scherer, Coordenador Adjunto do DIEESE.

Resultado: Realizada.